



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

De ordem, cópia ao  
Relator-Geral e a Coord.  
Técnica PLOA 2017

5445

Em 17/08/2016.

Ofício nº 222/2016/PRESI-CNMP

Brasília-DF, 16 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
ARTHUR LIRA  
Deputado Federal e Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e  
Fiscalização do Congresso Nacional  
Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes.  
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II) Ala "C" - Sala 08 – Térreo  
Brasília/DF

Assunto: **Encaminha cópia da decisão plenária proferida nos autos do Processo CNMP nº 1.00608/2016-27.**

Senhor Deputado,

Encaminho, para conhecimento de Vossa Excelência, cópia da decisão plenária proferida por este Conselho na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 09/08/2016, que aprovou a proposta orçamentária das unidades do Ministério Público da União, excetuado o Ministério Público Federal, para o exercício de 2017, nos termos do art. 22, §§1º e 2º do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2017).

Atenciosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
Presidente do CNMP



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processo nº 1.00608/2016-27

Relator: GUSTAVO ROCHA  
Requerente: Escola Superior do Ministério Público da União  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requerente: Ministério Público do Trabalho  
Requerente: Ministério Público Militar

### EMENTA

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PARA O EXERCÍCIO DE 2017. NECESSIDADE DE PARECER DO CNMP, CONFORME O ARTIGO 22, §§ 1º E 2º, DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. PEDIDO PROCEDENTE.

1. Proposta Orçamentária da Escola Superior do Ministério Público da União, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar elaborada com observância das previsões legais.
2. Análise de acordo com o previsto no artigo 22, §§ 1º e 2º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, em tramitação no Congresso Nacional.
3. Propostas aprovadas nos respectivos Conselhos dos diversos ramos e da Escola Superior do MPU, bem como pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU).
4. Pedido procedente.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar procedente a presente Proposta Orçamentária, nos termos do voto do Relator.

Brasília (DF), 09 de agosto de 2016.

Conselheiro **GUSTAVO ROCHA**  
Relator

**RELATÓRIO**

1. Trata-se de Proposta Orçamentária para o exercício de 2017, encaminhada a este Conselho Nacional, por meio do Ofício nº 763, de 05 de agosto de 2016, de lavra do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, no qual especifica os quadros resumo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da Escola Superior do Ministério Público da União, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar.

2. Ato contínuo, solicita análise deste CNMP, uma vez que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, em seu artigo 22, §§ 1º e 2º, prevê expressamente que a referida matéria deverá ser objeto de parecer do Conselho Nacional do Ministério Público.

3. Esclarece, ainda, que as referidas propostas foram aprovadas nos respectivos Conselhos dos diversos ramos e da Escola Superior do MPU, bem como pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU), em reunião realizada no dia 29 de julho de 2016.

4. É o relatório. Decido.

**VOTO**

5. Inicialmente, destaca-se que, cabe a este Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, conforme determina a Constituição Federal em seu art. 130-A, §2º, in verbis:

*§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:*

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

*I- zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;*

6. A proposta orçamentária, em análise, que especifica os quadros resumo da Escola Superior do Ministério Público da União e dos diversos ramos do MPU, com exceção do Ministério Público Federal, tendo em vista o previsto no § 2º, do artigo 22, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, encontra-se devidamente detalhada e formalmente apta a integrar o Orçamento da União para o próximo exercício.

7. Os quadros resumo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminam as despesas com pessoal, despesas correntes e despesas de capital, tendo como base a Lei Orçamentária Anual de 2016, bem como a projeção para o exercício de 2017, em conformidade com as classificações das despesas previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

8. Ademais, a proposta elenca, ainda, o demonstrativo de provimento de cargos e funções com ingresso em 2017, demonstrativo dos benefícios e as prioridades em relação às despesas correntes e de capital, com especial atenção para as construções, reformas e aquisições.

9. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, em tramitação no Congresso Nacional, prevê em seu artigo 22, §§ 1º e 2º, *in verbis*:

*Art. 22. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento-SIOP, até 15 de agosto de 2016, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017, observadas as disposições desta Lei.*

*§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, respectivamente, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art.*

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

*166 da Constituição Federal, até 28 de setembro de 2016, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

*§ 2º. Não se aplica o disposto no § 1º ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.*

10. E, ainda, a Constituição Federal, expressamente, determina em seu artigo 127, § 3º, que:

*§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.*

11. Assim, *a prima facie*, não se vislumbra na proposta orçamentária apresentada qualquer incompatibilidade com as metas e prioridades estabelecidas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, o qual, destaca-se, ainda, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

12. Diante de todo o exposto, **VOTO** no sentido de julgar **PROCEDENTE** a presente Proposta Orçamentária, com os quadros resumo do orçamento fiscal e da seguridade social da Escola Superior do Ministério Público da União, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar, conforme previsto no artigo 22, §§ 1º e 2º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, propondo o encaminhamento imediato da matéria à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, conforme o § 1º, do artigo 166, da Constituição Federal de 1988.

É como voto.

Brasília/DF, 09 de agosto de 2016.

Conselheiro **GUSTAVO ROCHA**  
**Relator**

GAB/SG 510 /2016

PGP 00218673 / 2016  
5/8/2016

Ofício nº 763

Brasília, 5 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

Doutor SILVIO ROBERTO DE AMORIM JUNIOR

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público

Brasília - DF

Senhor Secretário,

DESPACHO  
A SAZ  
Em 8/8/16  
  
Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Procurador Regional da República  
Secretário-Geral do CNMP

1. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 trata do encaminhamento da proposta orçamentária do Ministério Público da União em seu art. 22, §§ 1º e 2º, *in verbis*:

*"Art. 22. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, até 15 de agosto de 2016, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017, observadas as disposições desta Lei. (grifo nosso)*

*§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, respectivamente, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, até 28 de setembro de 2016, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (grifo nosso)*

*§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público." (grifo nosso)*



2. Assim, para cumprimento do dispositivo legal, encaminho a Vossa Excelência os quadros-resumo das propostas de orçamento do Ministério Público Militar (MPM), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Ministério Público do Trabalho (MP1), aprovadas por seus respectivos Conselhos, e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), para apreciação.

3. Cumpro informar que as referidas propostas foram aprovadas também pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU), em reunião realizada dia 29 de julho de 2016.

Atenciosamente,



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



Ministério Público da União  
Secretaria Geral  
Secretaria de Planejamento e Orçamento

# Proposta Orçamentária 2017

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público da União

MPU

Quadros de Apoio

CNMP





Ministério Público da União  
Secretaria Geral  
Secretaria de Planejamento e Orçamento

# Proposta Orçamentária 2017

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público Militar

MPM  
Quadros de Apoio  
CNMP

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

R\$ 1.000

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016	PROPOSTA 2017
<u>I - Pessoal</u>	<u>167.213.108</u>	<u>271.867.013</u>
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>41.513.485</u>	<u>62.533.687</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica	11.117.865	15.170.744
Outras Despesas Correntes	30.395.620	47.362.943
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>2.574.481</u>	<u>39.378.964</u>
Investimentos	2.574.481	39.378.964
Inversões Financeiras		
<b>Total</b>	<b><u>211.301.074</u></b>	<b><u>373.779.664</u></b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

BASE

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Folha Normal	103.847.858	18.844.250	44.421.009	167.213.108	105.902.150	19.138.894	45.148.464	160.189.508
Diário Despesas Vegetativo					1.009.322	181.389	481.485	1.672.196
Adicional de Qualificação e Criações								
Outras despesas (Progressão e Promoção Funcional)					356.854	77.331		434.185
Reajustes do Subsídio dos PGR e Membros - Impacto em 2017 (5,5%)					1.941.200	387.989	1.802.602	4.131.800
Reajustes do Subsídio do PGR e Membros - am 2017 - Antecipado de Lei - (5,66%)					7.432.930	1.389.838	6.074.058	15.579.894
Reajustes de Servidores, PCs e CCs - Impacto em 2017					8.189.976	1.435.284	1.000.070	10.717.900
Reajustes de Servidores, PCs e CCs em 2017					2.442.150	506.755	406.985	3.357.795
Reajustes dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.438/2013					419.551			419.551
Letras - Prêmio pago em 2016 - exercício de 2017					3.307.133			3.307.133
Exercícios Anteriores - Letras Prêmio Pago em Pecunia					19.328.484		353.814	19.682.298
Exercícios Anteriores - Razoabilidade da Equivalência								
Exercícios Anteriores - Juros de Cômputo								
Exercícios Anteriores - Acórdão OMP do STJ de 08 de julho de 2015 (13,25%)					23.026.184	3.002.686	4.560.654	31.892.724
Outros Exercícios Anteriores								
Reajustes do RGPS em 2017 para aposentadas e pensões por invalidez							400.135	400.135
Atividade OMP de 20 de junho de 2015 (13,25%) - exercício de 2017					3.201.567	656.705	1.133.745	5.116.761
<b>TOTAL</b>	<b>103.847.858</b>	<b>18.844.250</b>	<b>44.421.009</b>	<b>167.213.108</b>	<b>167.862.490</b>	<b>25.775.782</b>	<b>62.850.884</b>	<b>256.608.156</b>

Nota: as despesas Inativas e Patronal Anteriores de Exercícios, dos Juros de Cômputo e do Projeto de Lei nº 5.438/2013 do Ministério Público da União constam da Proposta Orçamentária do Ministério Público Federal.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

INGRESSOS EM 2017

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Adicional de Qualificação e Gratificações					161.774			161.774
Outras despesas (Progressão e Promoção Funcional)								
Ingressos em 2017					11.570.660	1.110.218		12.680.878
Reajuste do Subsídio dos PGR e Membros - impacto em 2017 (5,2%)					53.528			53.528
Reajuste do Subsídio de PGR e Membros - orç 2017 - Alteração de Lei - 15,88%					182.589			182.589
Reajuste de Servidores, FGO e CCs - impacto em 2017					1.245.849			1.245.849
Reajuste de Servidores, FGO e CCs em 2017					375.435			375.435
Reajuste dos valores das Cargas em Comissão - PL nº 5.491/2016					133.738			133.738
Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017					445.900			445.900
<b>TOTAL</b>					<b>14.144.640</b>	<b>1.110.218</b>		<b>15.254.858</b>

CONSOLIDADO

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Folha Normal	105.647.658	2.944.250	44.421.000	152.912.908	125.927.150	18.128.854	45.146.464	189.102.468
Descontos Obrigatórios					1.299.327	181.389	301.405	1,682.121
Adicional de Qualificação e Gratificações					161.774			161.774
Outras despesas (Progressão e Promoção Funcional)					296.554	77.331		373.885
Ingressos em 2017					11.570.660	1.110.218		12.680.878
Reajuste do Subsídio dos PGR e Membros - impacto em 2017 (5,2%)					1.591.616	257.283	1.007.632	2,856.531
Reajuste do Subsídio de PGR e Membros - orç 2017 - Alteração de Lei - 15,88%					7.269.430	1,399.835	6,874.098	15,443.363
Reajuste de Servidores, FGO e CCs - impacto em 2017					9.435.825	1,435,254	1,033,578	11,904,657
Reajuste de Servidores, FGO e CCs em 2017					2,616,581	536,795	408,885	3,562,261
Reajuste dos valores das Cargas em Comissão - PL nº 5.491/2016					133,738			133,738
Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017					5,007,103			5,007,103
Exercícios Anteriores - União - Projeção Pago em 2016					10,028,464		538,814	10,567,278
Exercícios Anteriores - Parcela Resgatada em Esquela Anta								
Exercícios Anteriores - Junta de Dirias								
Exercícios Anteriores - Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,23%)					25,008,194	3,000,600	4,883,854	32,892,648
Outros Exercícios Anteriores								
Reajuste de PGRS em 2017 para aproximadas a paridade salarial							432,138	432,138
Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017					3,007,813	690,700	1,133,245	4,831,758
<b>TOTAL</b>	<b>193,847,958</b>	<b>18,944,250</b>	<b>44,421,000</b>	<b>157,213,108</b>	<b>182,127,130</b>	<b>26,868,990</b>	<b>62,850,894</b>	<b>271,847,014</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES EM 2016  
Ingressos 2017

Página 100

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS		LEI Nº 12.321/ 2010 (1º provimento) SALDOS				TOTAL	
	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
Membros	3	939.180					3	939.180
Analistas	5	502.997	44	4.426.377			49	4.929.375
Técnicos	37	2.376.481	11	706.521			48	3.083.002
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	37	438.386	173	3.293.933			210	3.732.320
FC1	17	168.927	38	377.602			55	546.530
FC2	17	196.422	77	889.676			94	1.086.098
FC3			10	164.806			10	164.806
CC1	3	73.037					3	73.037
CC2			48	1.861.848			48	1.861.848
CC3							-	-
CC4							-	-
CC5							-	-
CC6							-	-
CC7							-	-
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>4.257.045</b>	<b>228</b>	<b>8.426.832</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>310</b>	<b>12.683.876</b>

Nota: Dados físicos fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas/MPM. Provimento de cargos em comissão (CC1 e CC2) foi considerado 50% pelo valor integral. Em relação aos "cargos vagos", segue o detalhamento:

- **03 (três) membros** - cargos vagos e prováveis aposentadorias;

- Cargos vagos em 2016: **03 membros**

- Prováveis aposentadorias em 2017: **29 membros**

Nota: 29 MEMBROS que já reúnem todas as condições de aposentadoria em 2017, porém **NÃO SERÃO INCLuíDOS** devido à limitação imposta pelo inciso V do § 12 do Art. 84 do PLDO para 2017.

- **05 (cinco) analistas e 37 (trinta e sete) técnicos** - cargos vagos e prováveis aposentadorias;

- Cargos vagos em 2016: **01 analista e 05 técnicos**

- Prováveis aposentadorias em 2017: **04 analistas e 32 técnicos**

Nota: 32 técnicos (26 já recebem abono de permanência nesta data e 06 adquirem direito em 2016 e em 2017) e **04 analistas** (02 já recebem abono de permanência nesta data e 02 adquirem direito em 2016 e em 2017) já reúnem todas as condições de aposentadoria em 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2016 - BASE MARÇO (A)		INGRESSOS 2016 (B)		INGRESSOS 2017 (C)		PROPOSTA 2017 D = (A+B+C)	
		FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	235	1.693	4.774.260			375	793.125	2.068	5.567.385
Exames Periódicos	220	603	132.660					603	132.660
Auxílio-Alimentação	948	586	6.666.336			125	1.066.500	711	7.732.836
Assist. Pré-Escolar	750	113	1.017.000			42	283.500	155	1.300.500
Auxílio-Transporte	125	146	219.000			69	77.625	215	296.625
Auxílio-Funeral e Natalidade									140.738
<b>TOTAL</b>			<b>12.809.256</b>				<b>2.220.750</b>		<b>15.170.744</b>



Ministério Público da União  
Secretaria Geral  
Secretaria de Planejamento e Orçamento

# Proposta Orçamentária 2017

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPDFT  
Quadros de Apoio  
CNMP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016	PROPOSTA 2017
<u>I - Pessoal</u>	<u>544.463.797</u>	<u>921.762.400</u>
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>117.540.556</u>	<u>175.381.177</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica	13.933.404	65.927.077
Outras Despesas Correntes	103.607.152	109.454.100
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>10.300.000</u>	<u>106.920.200</u>
Investimentos	10.300.000	106.920.200
Inversões Financeiras		
<b>Total</b>	<b><u>672.304.353</u></b>	<b><u>1.204.063.777</u></b>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

BASE

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Folha Normal	401.517.254	79.777.000	67.169.643	548.463.797	481.296.609	74.632.320	66.323.499	594.602.400
Crescimento Vegetativo	-	-	-	-	4.122.400	740.400	395.100	5.055.900
Adicional de Qualificação e Gratificações	-	-	-	-	2.176.500	95.700	-	2.272.200
Outras despesas	-	-	-	-	2.027.603	-	-	2.027.603
Recurso de Subsídio dos PGR e Membros - Início em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	2.321.503	1.727.500	2.142.200	12.211.600
Recurso de Subsídio do PGR e Membros em 2017 - Anteprojeto de Lei - 0,98%	-	-	-	-	20.375.903	5.244.200	7.525.900	48.849.800
Recurso de Servidores, FOs e COs - início em 2017	-	-	-	-	41.350.109	9.251.600	2.316.000	51.617.700
Recurso de Servidores, FOs e COs em 2017	-	-	-	-	5.893.103	1.621.800	326.100	5.021.000
Recurso dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.431/2013	-	-	-	-	954.500	-	-	654.500
Usos e Prêm e paga em pecunia - exercício de 2017	-	-	-	-	1.925.200	-	3.558.900	5.384.200
Exercícios Anteriores - Usos e Prêm Pago em Pecunia	-	-	-	-	9.564.300	-	4.750.300	13.315.000
Exercícios Anteriores - Parcela Adiantada de Servidores	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Juros de Danos	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Acordo OMP de 28 de julho de 2015 (13,23%)	-	-	-	-	60.347.500	12.415.700	7.362.700	64.117.500
Outros Exercícios Anteriores	-	-	-	-	70.100	-	-	70.000
Acordo OMP de 28 de julho de 2016 (15,29%) - exercício de 2017	-	-	-	-	7.266.400	1.553.700	987.400	9.713.500
<b>TOTAL</b>	<b>401.517.254</b>	<b>79.777.000</b>	<b>67.169.643</b>	<b>548.463.797</b>	<b>599.467.509</b>	<b>198.396.600</b>	<b>98.078.599</b>	<b>805.942.600</b>

Nota: as despesas relativas à Parcela Adiantada de Servidores, Juros de Danos e ao Prêm de Incentivo Constitucional nº 62 do 2017 não estão refletidas na Proposta Orçamentária do Ministério Público Federal.

INGRESSOS EM 2017

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Adicional de Qualificação e Gratificações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ingressos em 2017	-	-	-	-	34.066.400	11.295.500	-	45.361.900
Recurso de Subsídio dos PGR e Membros - Início em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	648.900	142.800	-	791.700
Recurso de Subsídio do PGR e Membros em 2017 - Anteprojeto de Lei - 0,98%	-	-	-	-	2.546.400	511.600	-	3.058.000
Recurso de Servidores, FOs e COs - Início em 2017	-	-	-	-	3.675.800	1.985.400	-	5.661.200
Recurso de Servidores, FOs e COs em 2017	-	-	-	-	1.606.300	471.600	-	2.077.900
Recurso dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.431/2013	-	-	-	-	340.300	-	-	340.300
Acordo OMP de 28 de julho de 2015 (13,23%) - início de 2017	-	-	-	-	1.823.200	382.200	-	2.205.400
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101.011.300</b>	<b>14.208.500</b>	<b>-</b>	<b>115.219.800</b>

MINISTERIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONSOLIDADO							
	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Folha Normal	431.517.254	75.777.600	67.169.543	544.453.797	421.266.800	74.832.200	68.500.400	564.599.400
Crescimento Vegetativo	-	-	-	-	4.122.400	748.400	666.100	5.536.900
Ação Social de Qualificação e Qualificações	-	-	-	-	3.176.800	95.700	-	3.272.500
Outras despesas	-	-	-	-	2.327.800	-	-	2.327.800
Ingressos em 2017	-	-	-	-	84.266.400	11.295.500	-	95.561.900
Reajuste de Subsídios aos PGR e Membros - Início em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	4.870.800	873.500	2.160.200	7.904.500
Reajuste de Subsídios aos PGR e Membros em 2017 - Antecipação de Lei - 15,28%	-	-	-	-	22.455.300	6.753.000	7.525.300	46.733.600
Reajuste de Servidores, PCs e CCs - Início em 2017	-	-	-	-	54.225.900	10.238.000	2.016.300	66.479.900
Reajuste de Servidores, PCs e CCs em 2017	-	-	-	-	8.759.400	1.997.400	606.100	11.362.900
Reajuste aos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.481/2015	-	-	-	-	1.155.200	-	-	1.155.200
Utilidade Prévias para em pecunia - exercício de 2017	-	-	-	-	1.825.300	-	3.556.900	5.382.200
Exercícios Anteriores - Lucros/Prejuízo Pago em Pecunia	-	-	-	-	2.564.300	-	4.750.800	7.315.100
Exercícios Anteriores - Parcela Autônoma de Equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Juros de Ôntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,25%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Exercícios Anteriores	-	-	-	-	63.347.900	13.449.700	7.382.700	84.180.300
Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (15,23%) - exercício de 2017	-	-	-	-	70.130	-	-	70.130
TOTAL	431.517.254	75.777.600	67.169.543	544.453.797	700.478.800	123.295.100	98.678.500	922.452.400

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
 DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES  
 Ingressos 2017

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS		LEI Nº 12.321/ 2010		TOTAL	
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Membros	36	13.774.640			36	13.774.640
Analistas	4	536.531	201	26.960.661	205	27.497.191
Técnicos	9	770.750	505	44.018.417	514	44.789.168
Cargos em Comissão e Funções de Confiança			327	9.300.819	327	9.300.819
FC1			74	1.030.380	74	1.030.380
FC2			72	1.167.270	72	1.167.270
FC3					-	-
CC1					-	-
CC2			181	7.103.169	181	7.103.169
CC3					-	-
CC4					-	-
CC5					-	-
CC6					-	-
CC7					-	-
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>15.081.921</b>	<b>1.033</b>	<b>80.279.897</b>	<b>1.082</b>	<b>95.361.818</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2016 - BASE MARÇO (A)		INGRESSOS 2016 (B)		INGRESSOS 2017 (C)		PROPOSTA 2017 D = (A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	235	5.877	16.573.140			2.256	6.361.920	8.133	22.935.060
Exames Periódicos	220	684	150.480					684	150.480
Auxílio-Alimentação	948	2.299	26.153.424			748	8.509.248	3.047	34.662.672
Assist. Pré-Escolar	750	554	4.986.000			249	2.244.000	803	7.230.000
Auxílio-Transporte	194	76	176.928			206	478.637	282	655.565
Auxílio-Funeral e Natalidade									293.300
<b>TOTAL</b>			<b>48.039.972</b>				<b>17.593.805</b>		<b>65.927.077</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PRIORIDADES  
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

RS 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2017
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL</b>		<b>71.505.500</b>
1	Capacitação de recursos humanos	1.675.000
2	Comunicação e divulgação institucional	2.129.500
3	Bolsa e auxílio-transporte para estagiários	9.985.300
4	Adolescente aprendiz	735.900
5	Ajuda de custo e transporte	362.700
6	Aquisição de mobiliário	2.859.800
7	Livros diversos	336.000
8	equipamentos de informática	6.205.000
9	softwares diversos	10.300.000
10	Aquisição de veículos	1.301.300
11	Automação dos sistemas de ar condicionado	400.000
12	Brise-soleil para sedes próprias	450.000
13	Implantação de sistema de CFTV	14.750.000
14	Auxílio-moradia	20.015.000
<b>CONSTRUÇÕES</b>		<b>55.451.000</b>
1	Construção da Sede das Promotorias de Brasília II	12.955.000
2	Construção da Promotoria de Brazlândia	12.138.000
3	Construção da Sede Administrativa	20.000.000
4	Construção da Promotoria de Riacho Fundo	5.179.000
5	Construção da Promotoria de Sobradinho	5.179.000
<b>REFORMAS</b>		<b>9.627.000</b>
1	Reforma da 1ª Etapa do Edifício-Sede	9.627.000
<b>AQUISIÇÕES</b>		
<b>TOTAL</b>		<b>136.583.500</b>



Ministério Público da União  
Secretaria Geral  
Secretaria de Planejamento e Orçamento

# Proposta Orçamentária 2017

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público do Trabalho

MPT  
Quadros de Apoio  
CNMP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

RS 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016	PROPOSTA 2017
<u>I - Pessoal</u>	<u>1.045.813.327</u>	<u>1.728.536.669</u>
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>291.900.141</u>	<u>470.751.499</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica	66.350.205	120.086.314
Outras Despesas Correntes	225.549.936	350.665.185
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>100.453.259</u>	<u>159.754.276</u>
Investimentos	84.900.290	143.754.276
Inversões Financeiras	15.552.969	16.000.000
<b>Total</b>	<b>1.438.166.727</b>	<b>2.359.042.444</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Folha Normal	738.785.827	139.785.500	167.232.000	1.045.813.327	768.021.427	157.343.324	169.711.541	1.115.076.292
Crescimento Vegetativo	-	-	-	-	7.850.214	1.579.403	1.897.116	11.326.733
Adicional de Qualificação e Gratificação	-	-	-	-	7.629.274	525.974	-	8.155.248
Outras despesas	-	-	-	-	1.984.163	-	482.000	2.466.163
Reajuste do Subsídio dos PGR e Membrs - impacto em 2017 - 5,5%	-	-	-	-	3.999.797	9.418.862	4.801.901	27.241.560
Reajuste do Subsídio do PGR e Membrs - em 2017 - Anagrafo de Lx - 19,88%	-	-	-	-	71.786.661	9.267.389	30.513.967	101.567.694
Reajuste de Servidores, PCs e CCs - impacto em 2017	-	-	-	-	51.292.512	8.401.377	6.523.546	66.217.435
Reajuste de Servidores, PCs e CCs em 2017	-	-	-	-	14.976.273	2.673.511	1.819.953	19.469.737
Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.451/2013	-	-	-	-	2.155.215	-	-	2.155.215
Licença-Prêmio paga em deslize - exercício de 2017	-	-	-	-	600.000	-	1.800.000	2.400.000
Exercícios Anteriores - Licença-Prêmio Paga em Parcelas	-	-	-	-	21.025.599	-	-	21.025.599
Exercícios Anteriores - Parcela Autônoma de Equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Juro de Quintas	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Acórdão CNMP de 28 de julho de 2015 (13,23%)	-	-	-	-	60.717.284	12.294.309	16.406.510	89.418.103
Outros Exercícios Anteriores	-	-	-	-	5.724.501	-	1.500.000	7.224.501
Acórdão CNMP de 28 de julho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017	-	-	-	-	24.256.120	5.311.852	4.029.354	33.597.326
<b>TOTAL</b>	<b>738.785.827</b>	<b>139.785.500</b>	<b>167.232.000</b>	<b>1.045.813.327</b>	<b>1.002.728.939</b>	<b>202.733.452</b>	<b>228.438.117</b>	<b>1.513.901.508</b>

Nota: as despesas relativas à Parcela Autônoma de Equivalência, às Juras de Quintas e ao Projeto de Lei Constitucional nº 63 de 2015 do Ministério Público do Trabalho foram da Proposta Orçamentária do Ministério Público Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

INGRESSOS EM 2017

DISCRIMINAÇÃO	LDA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Adicional de Qualificação e Habilitações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ingressos em 2017	-	-	-	-	155.776.249	20.545.371	-	176.321.620
Reajuste do Sublêxito do PGR o Membros - repado em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	437.629	-	-	437.629
Reajuste do Sublêxito do PGR o Membros em 2017- Antecipação de Lei - 19,68%	-	-	-	-	1.650.285	-	-	1.650.285
Reajuste do Servidores, FOs e CCs - repado em 2017	-	-	-	-	23.256.554	-	-	23.256.554
Reajuste do Servidores, FOs e CCs em 2017	-	-	-	-	7.562.776	-	-	7.562.776
Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão - P. nº 5.451/2013	-	-	-	-	787.714	-	-	787.714
Acórdão CNMP da 2ª de junho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017	-	-	-	-	2.812.631	657.671	-	3.470.302
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	<b>193.194.119</b>	<b>21.441.042</b>	-	<b>214.635.161</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONSOLIDADO							
	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Pólo Normal	738.785.827	139.725.500	187.292.000	1.045.813.327	788.021.427	157.943.024	189.711.541	1.135.675.992
Crescimento Vegetativo	-	-	-	-	7.880.214	1.379.423	1.057.116	11.316.753
Adicional de Qualificação e Grauações	-	-	-	-	7.029.274	925.974	-	8.455.248
Outros custos	-	-	-	-	1.894.183	-	489.000	2.484.183
Ingressos em 2017	-	-	-	-	155.776.243	26.263.371	-	179.959.614
Requisito de Subsídio dos PGR e Membros - Impacto em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	19.427.705	3.445.892	4.801.901	27.675.498
Requisito de Subsídio dos PGR e Membros em 2017- Anexo 10 da Lei - 10,20%	-	-	-	-	73.438.348	1.167.026	22.513.907	77.119.281
Requisito de Servidores, FCS e CCs - Impacto em 2017	-	-	-	-	74.495.165	8.401.377	8.529.546	88.426.088
Requisito de Servidores, FCS e CCs em 2017	-	-	-	-	21.939.232	2.572.511	1.819.953	26.331.706
Requisito dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 3.431/2013	-	-	-	-	2.012.528	-	-	2.012.528
Licença-Prêmio paga em pedágio - exercício de 2017	-	-	-	-	620.200	-	1.302.000	1.922.200
Exercícios Anteriores - Licença-Prêmio Paga em Pedágio	-	-	-	-	21.025.599	-	-	21.025.599
Exercícios Anteriores - Parcela Anualizada do Equivaleância	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Juro de Quantia	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,25%)	-	-	-	-	65.717.204	13.284.203	18.598.510	97.600.917
Custos Exercícios Anteriores	-	-	-	-	5.724.391	-	1.500.300	7.224.691
Acordo CNMP de 28 de julho de 2015 (13,25%) - exercício de 2017	-	-	-	-	28.358.791	6.199.523	4.091.354	38.659.668
<b>TOTAL</b>	<b>738.785.827</b>	<b>139.725.500</b>	<b>187.292.000</b>	<b>1.045.813.327</b>	<b>1.275.923.058</b>	<b>244.174.494</b>	<b>239.438.117</b>	<b>1.728.536.669</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES  
Ingressos 2017

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS		LEI Nº 12.321/ 2010		TOTAL	
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Membros	26	8.139.560			26	8.139.560
Analistas	11	1.475.459	895	90.036.534	906	91.511.993
Técnicos	25	2.140.974	880	56.521.703	905	58.662.677
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	18	543.130	531	17.502.260	549	18.045.390
FC1	1	20.383	95	1.452.317	96	1.472.700
FC2	12	284.408	18	319.959	30	604.367
FC3	2	87.613	36	912.773	38	980.386
CC1					-	-
CC2	3	170.725	382	14.817.211	385	14.987.936
CC3					-	-
CC4					-	-
CC5					-	-
CC6					-	-
CC7					-	-
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>12.299.123</b>	<b>2.306</b>	<b>164.060.497</b>	<b>2.386</b>	<b>176.359.620</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2016 - BASE ABRIL (A)		INGRESSOS 2016 (B)		INGRESSOS 2017 (C)		PROPOSTA 2017 D = (A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	235	9.105	25.676.100			6.090	12.880.350	15.195	38.556.450
Exames Periódicos	220	4.414	971.080					4.414	971.080
Auxílio-Alimentação	948	4.195	47.722.320			2.030	17.319.960	6.225	65.042.280
Assist. Prê-Escolar	750	983	8.847.000			677	4.569.750	1.660	13.416.750
Auxílio-Transporte	145	165	287.100			1.098	1.432.890	1.263	1.719.990
Auxílio-Funeral e Natalidade									379.764
<b>TOTAL</b>			<b>83.503.600</b>				<b>36.202.950</b>		<b>120.086.314</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PRIORIDADES

EXPANSÃO EM RELAÇÃO AO PLOA 2016 DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO E VALORES DOS PROJETOS  
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS)

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2017
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL</b>		<b>117.329.131</b>
1	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	76.334.178
	1.1 - Manutenção	72.014.178
	1.2 - Ações para Erradicação do Trabalho Escravo	2.509.000
	1.3 - Capacitação de Recursos Humanos	1.820.000
2	Comunicação e Divulgação Institucional	1.902.700
3	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	39.092.253
<b>MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO</b>		<b>958.963</b>
<b>FORTELECIMENTO DA CULTURA DO TRABALHO E DO TRABALHADOR</b>		<b>500.000</b>
<b>CONSTRUÇÕES (em andamento)</b>		<b>47.598.296</b>
1	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS	32.351.140
2	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF	11.466
3	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Uberlândia - MG	460.669
4	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Umuarama - PR	3.700.000
5	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Mossoró - RN	3.481.897
6	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Vitória da Conquista - BA	2.607.114
7	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santo Antônio de Jesus - BA	2.464.589
8	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Juazeiro - BA	1.731.211
9	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF	790.810
<b>CONSTRUÇÕES (novas)</b>		<b>10.938.317</b>
10	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI	5.459.333
11	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande - MS	1.987.890
12	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Palmas - TO	2.793.750
13	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Imperatriz - MA	697.344
<b>REFORMAS</b>		<b>13.966.000</b>
1	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória - ES	4.000.000
2	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em São Luís - MA	8.000.000
3	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Dourados - MS	1.966.000
<b>AQUISIÇÕES</b>		<b>16.000.000</b>
1	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Novo Hamburgo - RS	4.000.000
2	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santos - SP	12.000.000
<b>TOTAL</b>		<b>207.290.707</b>



Ministério Público da União  
Secretaria Geral  
Secretaria de Planejamento e Orçamento

# Proposta Orçamentária 2017

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Escola Superior do Ministério Público da União

ESMPU

Quadros de Apoio

CNMP

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

RS 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016	PROPOSTA 2017
<u>I - Pessoal</u>	<u>2.170.813</u>	<u>26.049.100</u>
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>19.202.198</u>	<u>27.263.801</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica	2.990.313	3.813.801
Outras Despesas Correntes	16.211.885	23.450.000
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>703.440</u>	<u>7.730.000</u>
Investimentos	703.440	7.730.000
Inversões Financeiras		
<b>Total</b>	<b><u>22.076.451</u></b>	<b><u>61.042.901</u></b>

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	BASE				PROPOSTA 2017			
	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Folha Normal	740.813	1.300.000	130.000	2.170.813	3.923.733	689.552	-	6.612.315
Crescimento Vegetativo	-	-	-	-	56.208	6.865	-	63.123
Adicionais de Custeio e Gratificações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	153.310	16.918	-	170.227
Reajuste do Subsídio dos PGR e Membros - Impacto em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reajuste do Subsídio do PGR e Membros em 2017 - Aprovação de Lei - 15,88%	-	-	-	-	-	-	-	-
Reajuste de Servidores, FCs e CCs - Impacto em 2017	-	-	-	-	847.130	72.805	-	919.935
Reajuste de Servidores, FCs e CCs em 2017	-	-	-	-	175.780	22.523	-	197.411
Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.451/2013	-	-	-	-	89.560	-	-	89.560
Licença-Prêmio paga em pac. insc. - exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Licença-Prêmio Paga em Pac. Ins.	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Parcela a Autarquia de Equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Parcela de Quintos	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Acórdão CNMP de 28 de junho de 2015 (13,23%)	-	-	-	-	256.116	16.202	12.005	267.527
Outros Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Acórdão CNMP de 28 de junho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017	-	-	-	-	147.480	10.504	12.012	169.996
<b>TOTAL</b>	<b>740.813</b>	<b>1.300.000</b>	<b>130.000</b>	<b>2.170.813</b>	<b>7.621.047</b>	<b>838.493</b>	<b>24.021</b>	<b>8.483.560</b>

Nota: as despesas relativas à Parcela Autarquia de Equivalência, aos Quintos de Quintos e ao Projeto de Emenda Constitucional nº 63 de 2013 do Ministério Público da União constam da Proposta Orçamentária do Ministério Público Federal.



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

INGRESSOS EM 2017

78 | 11

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Adicional de Qualificação e Gratificações	-	-	-	-	447.077	-	-	447.077
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ingressos em 2017	-	-	-	-	12.622.110	1.870.204	-	14.492.314
Reajuste do Subsídio dos PGR e Membros - Impacto em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reajuste do Subsídio dos PGR e Membros em 2017- Antecipado da Lei - 19,80%	-	-	-	-	-	-	-	-
Reajuste de Servidores, FCs e CCs - Impacto em 2017	-	-	-	-	1.600.244	-	-	1.600.244
Reajuste de Servidores, FCs e CCs em 2017	-	-	-	-	518.038	-	-	518.038
Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão - P.L. nº 5.491/2012	-	-	-	-	30.022	-	-	30.022
Acórdão DNMP de 28 de julho de 2015 (3,20%) - exercício de 2017	-	-	-	-	351.830	-	-	351.830
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	<b>15.095.334</b>	<b>1.870.204</b>	-	<b>17.565.540</b>

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 100

DISCRIMINAÇÃO	CONSOLIDADO							
	LOA 2016				PROPOSTA 2017			
	Ativo	Patronal	Inativo	Total	Ativo	Patronal	Inativo	Total
Salário Normal	740.813	1.200.000	130.000	2.170.813	2.025.793	688.552	-	6.612.315
Crescimento Vegetativo	-	-	-	-	50.236	6.880	-	68.125
Adicional de Custeio e Gratificações	-	-	-	-	447.077	-	-	447.077
Outros Despesas	-	-	-	-	153.919	16.918	-	170.837
Ingressos em 2017	-	-	-	-	12.532.119	570.204	-	14.502.325
Resultado do Subsídio dos PGR e Membros - Impacto em 2017 (5,5%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Subsídio do PGR e Membros em 2017- Anteprojeto de Lei - 19,28%	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Servidores, FCs e CCs - Impacto em 2017	-	-	-	-	2.540.393	79.808	-	2.613.202
Resultado de Servidores, FCs e CCs em 2017	-	-	-	-	891.524	23.622	-	715.447
Resultado dos valores dos Cargos em Comissão - PL nº 5.491/2015	-	-	-	-	142.515	-	-	142.515
Licença-Prêmio paga em postuma - exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Licença-Prêmio Paga em Feriada	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Parcela Autônoma de Equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Juros de Dinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores - Ações CNVP de 26 de julho de 2015 (13,23%)	-	-	-	-	228.116	19.204	12.500	257.327
Outros Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações CNVP de 26 de julho de 2015 (13,23%) - exercício de 2017	-	-	-	-	499.319	10.504	12.012	521.835
<b>TOTAL</b>	<b>740.813</b>	<b>1.200.000</b>	<b>130.000</b>	<b>2.170.813</b>	<b>23.316.393</b>	<b>2.708.697</b>	<b>24.021</b>	<b>26.049.100</b>

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
 DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES  
 Ingressos 2017

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS		LEI Nº 13.032/2014		TOTAL	
	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
Membros						
Analistas			65	6.538.966	65	6.538.966
Técnicos			103	6.615.608	103	6.615.608
Cargos em Comissão e Funções de Confiança			<u>46</u>	<u>1.347.748</u>	<u>46</u>	<u>1.347.748</u>
FC1			9	89.433	9	89.433
FC2			2	23.108	2	23.108
FC3			13	214.248	13	214.248
CC1						
CC2			17	671.083	17	671.083
CC3						
CC4			3	226.553	3	226.553
CC5			1	57.714	1	57.714
CC6			1	65.609	1	65.609
CC7						
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>214</b>	<b>14.502.322</b>	<b>214</b>	<b>14.502.322</b>

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2016 - BASE MARÇO (A)		INGRESSOS 2016 (B)		INGRESSOS 2017 (C)		PROPOSTA 2017 D = (A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	R\$ 235,00	79	222.780			534	1.043.970	613	1.266.750
Exames Periódicos	R\$ 220,00	36	7.920					36	7.920
Auxílio-Alimentação	R\$ 948,00	44	500.544			178	1.518.696	222	2.019.240
Assist. Pré-Escolar	R\$ 750,00	6	54.000			59	400.500	65	454.500
Auxílio-Transporte	R\$ 147,00	1	1.764			10	13.627	11	15.391
Auxílio-Funeral e Natalidade									50.000
<b>TOTAL</b>			<b>787.008</b>				<b>2.976.793</b>		<b>3.813.801</b>

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017  
PRIORIDADES  
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2017
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		26.127.000
1	<i>20HP - Desenvolvimento de Competências de Membros e Servidores do MPU, Pesquisa e Disseminação do Conhecimento</i>	26.127.000
	<b>PO - Administração da ESMPU</b>	<b>10.236.000</b>
	Diárias	145.000
	Material de Consumo	285.000
	Premiações Culturais, Artísticas e Científicas	1.000
	Passagens e Desp. Com Locomoção	60.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	304.000
	Locação de mão-de-obra	4.010.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.657.000
	Obrigações Tributárias e Contributivas	22.000
	Auxílio-Transporte (estagiários)	50.000
	Aquisições de Softwares	150.000
	Equipamentos e Material Permanente	2.537.000
	<b>PO - Capacitação de Pessoal</b>	<b>15.241.000</b>
	Diárias	6.199.000
	Passagens e Desp. Com Locomoção	3.000.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.560.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.292.000
	Obrigações Tributárias e Contributivas	100.000
	<b>PO - Pesquisa na Área Jurídica</b>	<b>650.000</b>
	Diárias	100.000
	Passagens e Desp. Com Locomoção	50.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	400.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000
<b>CONSTRUÇÕES</b>		<b>5.953.000</b>
2	<i>11EQ - Centro de Treinamento da ESMPU</i>	5.953.000
<b>REFORMAS</b>		
<b>AQUISIÇÕES</b>		
<b>TOTAL</b>		<b>31.180.000</b>